

## 7.

### Considerações finais

Discutir se os modelos de projetos sociais utilizados por organizações internacionais e ONGs nas favelas – principalmente do Rio de Janeiro – são uma forma adequada de criar a legitimidade necessária para trazer soluções que respeitem as visões de mundo e os anseios locais foi o cerne desta dissertação.

A partir de uma análise entre o “local” e o “internacional”, procuramos mostrar que ao mesmo tempo em que o “local” não deve ser entendido como remoto, mas sim central, que o mesmo também não deve ser encarado como algo puro, desconectado ou ingênuo. Vivemos em um mundo globalizado e conectado, sendo assim, as trocas são fluidas, o que influencia as ideias, a cultura e percepções em qualquer lugar do mundo (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p. 765).

Ao mesmo tempo, buscamos defender que o “local” deve ser redescoberto tanto como solução para os problemas de paz e conflito, como para os de desenvolvimento (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.2). Por ser um conceito recente, o “local” ainda encontra diversos obstáculos, já que normalmente é entendido como subdesenvolvido e como um espaço vazio a espera de modelos do Norte Global (RICHMOND, 2011, p.151). Apesar disso, defendemos que deva ser buscado como uma forma de desafiar as formas dominantes de pensar e agir.

Se o “local” possuir mais espaço e ganhar mais ênfase no desenvolver desses projetos, possivelmente terão mais apoio e serão mais sustentáveis a longo prazo. Por conta disso, e baseando-nos nos defensores do *ownership*, acreditamos na ideia de que tanto o desenho quanto a implementação dos projetos devem ser realizados pelo “local” com assistência do “internacional” (RICHMOND, 2008, p.147; RICHMOND, 2011, p.97; RICHMOND & CHANDLER, 2014, p.1-2; SILVA, 2012, p.51).

Com esta pesquisa pode-se observar que este modelo do *ownership* contribui ao criar maior resiliência, ou seja, capacidade de se adaptarem a problemas externos e de utilizarem recursos próprios para lidarem com questões que sejam pertinentes ao seu redor e cotidiano. E é com esse olhar que

transcendem do papel de vítimas e receptores a pró-ativos e empoderados. Mesmo assim, como Chandler defende, é preciso ter cautela, já que atores internacionais podem se aproveitar da resiliência como forma de absolvição e economia, e ainda há a possibilidade de manutenção do *status quo* (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.4). Segundo esses autores, frases que utilizam a “participação”, o “ownership” e a “parceria” podem ser apenas retóricas e, em virtude disso, devem ser cautelosamente observadas. Por isso, o engajamento de fato com a comunidade é essencial para que as necessidades e expectativas sejam atendidas e para que haja sucesso no projeto.

Assim, o hibridismo se torna uma alternativa. É uma busca de uso do “local” e do “internacional” ao mesmo tempo, um processo que demanda negociação, é fluído e pretende realizar trocas. É um procedimento que deve estar baseado no entendimento da cultura da localidade, que precisa estar focado nas necessidades e determinado pelos próprios locais, engajado no *everyday life* e respeitando as diferentes posições. Se pretende, portanto, ser uma ação que envolva tanto o “local” quanto o “internacional”.

Nesse âmbito, discutimos ainda a soberania, um conceito que cria uma separação clara entre o nacional e o internacional, o *inside* e o *outside*, mas que não representa a realidade, já que o mundo empírico possui fronteiras muito porosas, não claramente definidas. No mundo real, há inúmeras exceções e exclusões (WALKER, 1992, p.160; WALKER, 2004, p.249). Por isso, acreditamos que não devemos olhar para o Estado-Nação quando falamos de desenvolvimento. Defendemos que o “local” deve ser visto como central e que cada um possui uma realidade distinta, mesmo que dentro de um mesmo Estado.

Em seguida, procuramos aprofundar uma discussão sobre as ações das organizações internacionais (OI) e das organizações não governamentais (ONGs) na busca pelo desenvolvimento. Nessa diretriz, propusemos uma análise dos nossos atores em estudo, as OIs e as ONGs, calcado em diversos autores, entre eles, Carey (2010), Davies (2014), Herz et al (2015), Karns e Mingst (2004) e Pease (2000). Fizemos um histórico, mostramos os objetivos, as funções e como são apresentadas atualmente. Também as diferenciamos no cenário internacional e ressaltamos alguns pontos positivos e limites enfrentados.

Uma análise histórica do conceito de desenvolvimento e de que como o mesmo é entendido por algumas teorias, a da modernização, a da dependência, a

do sistema mundo e a da globalização foi necessário para que pudéssemos ter uma compreensão maior do panorama envolto em nossa pesquisa (REYES, 2001, p.110-120). Também diferenciamos a linha crítica, a ortodoxa e a desconstrução (BAIOCCHI et al, 2011, p.5-6; CARMENT et al, 2011, p.9;151-2; KARNIS & MINGST, 2004, p.360-1; LEWIS & MOSSE, 2006, p.4; PEASE, 2000, p.158-160). E, por fim, tentamos problematizar a ideia de desenvolvimento. Como demonstra Escobar (1995), o desenvolvimento pode ser entendido como um discurso situado e como uma construção do Ocidente (ESCOBAR, 1995, p.35-40). Pode trazer um modelo universal e um tom moralista que define o que seria uma “boa” e uma “má” governança, não propondo modelos de acordo com as diferenças encontradas nas diversas localidades. Inclusive, a ajuda ao desenvolvimento pode embutir em si diversas condicionalidades que, muitas vezes, não fazem sentido para quem as recebe.

Como salientado por Finnemore (1996), a estrutura internacional está estabelecida de uma forma que serve principalmente aos interesses dos mais poderosos e do Norte Global. Com isso, as ações de desenvolvimento embutem, normalmente, valores liberais que disseminem os seus próprios ideais e crenças, em conjunto com uma ideia de progresso (p.316). Como alternativa, propomos então uma desconstrução, ou seja, uma crítica junto com propostas de alternativas para esse desenvolvimento (LEWIS & MOSSE, 2006, p.4).

Para uma tentativa de mudança, apontamos como os atores locais devem ser entendidos como parte constituinte e essencial desses projetos. A cultura, a voz, o debate e a contestação são importantíssimas para uma mudança real de paradigma entre o passado que os vitimava e a atualidade onde são atores do processo. Dentre as possibilidades, mostramos duas opções propostas por Kapoor (2008), o Diagnóstico Rural Participativo e o *ownership*. O primeiro deve ser baseado na descentralização e no desenvolvimento de ações conjuntas. Já o segundo traz capacidades e responsabilidades para as diferentes partes, não apenas para um dos lados. Sendo assim, não busca romper totalmente com os doares, o que pretende é um maior envolvimento dos locais, algo que pode ser complicado na prática (p.60;91).

E, por último, abordamos a importância da *accountability* e da transparência. Como Barnett e Finnemore (2004) demonstram, a *accountability* - ou prestação de contas - serve como legitimador das ações, tanto internamente

como frente a atores externos (p.170-1). Já a transparência está relacionada com a interação entre os que propõem e os envolvidos, e faz com que os projetos se tornem mais creditados principalmente com o público alvo, que passa a ter maior confiança.

Da teoria à prática, abordamos em seguida as favelas do Rio de Janeiro e a ajuda internacional desenvolvida nessas localidades. Traçamos um breve panorama histórico das favelas e de como são vistas por lentes bastante estigmatizadas e preconceituosas até os dias de hoje, mesmo com algumas mudanças de percepção.

As ações das OIs e das ONGs nas favelas foram outro aspecto abordado, mostrando como que a universalização de projetos em diferentes localidades pode ser um problema. Como solução, propomos o uso dos articuladores locais nas práticas dos projetos. Inclusive, já que os projetos são direcionados aos locais, por que não envolvê-los? Conhecem, melhor do que ninguém, tanto das dificuldades como dos aspectos positivos do lugar onde residem. A troca pode permitir que os locais tragam soluções interessantes e adequadas à realidade; há mais chances das ações serem direcionadas às prioridades da localidade, já que ouvem dos próprios moradores a opinião deles. Ações embasadas no “local” podem também aumentar a honestidade das empreitadas por estarem sob o olhar de diversos interessados; e a comunidade propõe maior sustentabilidade ao se sentir parte da ação, já que ela será a responsável por levar o legado deixado a longo prazo.

Por conta disso, acreditamos ao finalizar este estudo que, para o desenvolvimento local, é ideal ter o fortalecimento de atores do próprio território. Não é dizer que esse tipo de trabalho está isento de críticas e que não encontrará obstáculos. Com diversos interessados, os processos podem se tornar mais lentos e complexos, mas embasados nesses parâmetros possuem mais chances de fazerem sentido para a população envolvida.

Para tentar ilustrar essas percepções iniciais, realizamos três estudos de caso, um com o projeto Plataforma dos Centros Urbanos, do Unicef, outro com o Jovens Construtores do YouthBuild International em parceria com o Cedaps, no Brasil, e o terceiro com o Índice de Segurança da Criança, do Instituto Igarapé. Como metodologia, foram utilizados o estudo observacional participante (VICTORA et al, 2000, p.62-4), entrevistas individuais semiestruturadas e a

interpretação dos dados coletados e grupos focais (MERTON et al, 1990, p.541; COLUCCI, 2007, p.1422-1433).

Não é possível generalizar os casos e trazer os resultados como uma visão do cenário atual das OIs e ONGs, mas podemos tirar algumas conclusões que perpassam esses três projetos. Observamos que, em todos os casos, o “local” é parte central do processo, que as parcerias com atores locais são entendidas como essenciais para que esses projetos tenham bons resultados. Inclusive, podemos notar isso no caso do Unicef, uma agência da ONU, o que demonstra que, ao menos no discurso há uma busca pelo uso do “local” como central, mesmo que na prática ainda se depare com inúmeras barreiras. No entanto, é perceptível que o envolvimento da comunidade também traz obstáculos porque torna o processo mais demorado, visto que quanto mais atores envolvidos, mais discussões ocorrerão e mais opiniões terão que ser levadas em consideração.

Também podemos ressaltar o uso do hibridismo em todos esses estudos de caso, já que são propostas vindas de organizações de fora das comunidades, que já possuem ideias preestabelecidas, mas que se pretendem abertas ao diálogo e à construção compartilhada de alguns pontos. Mesmo assim, é indispensável reconhecer que nem todos os pontos dos projetos são abertos para modificações. Há alguns aspectos em cada um deles que as organizações entendem como estruturais, e que, por isso, não colocam em debate. Por fim, percebemos que a transparência e a *accountability* foram citados como relevantes para que os projetos sejam abraçados pela comunidade, criando assim, também o *ownership*, pontos que defendemos ao longo de toda a pesquisa.

Para ilustrar algumas questões delicadas, podemos lembrar que, apesar do Unicef não ter conseguido alcançar a participação da sociedade civil como almejava, ainda obteve uma abertura interessante com jovens de diferentes comunidades cariocas. Isso trouxe, como eles mesmos declaram, maior possibilidade de diálogo. O problema, entretanto, se centrou na falta de ações práticas do que foi discutido junto à organização internacional. Também nesse sentido, o Instituto Igarapé apresenta uma questão parecida no âmbito do Rio de Janeiro. Embora tenha proposto ouvir as vozes locais, não apenas das crianças como também da população no entorno do Instituto Bola pra Frente, ações concretas ainda não foram postas em prática, mesmo após mais de um ano da aplicação dos questionários com as crianças.

Em relativa contraposição aos dois, o YouthBuild não somente buscou ouvir dos jovens quais eram os locais prioritários que necessitavam algum tipo de reforma em suas comunidades, como também colocaram isso em prática através das mãos dos próprios participantes. Mesmo assim, entendem que o projeto tenha se concentrado principalmente na figura deles próprios e não na comunidade como um todo, o que causa uma delicadeza no âmbito da participação comunitária.

Relacionado a esse assunto, podemos ressaltar um outro incômodo levantado pela liderança do Morro dos Prazeres: o respeito à opinião local. Ela não direciona a crítica ao Jovens Construtores em si, mas entende que muitos projetos vindos de fora não levam em consideração o “local” pois deslegitimam o mesmo dizendo que não são conhecedores profissionais de certas áreas. E isso também engloba, de certa forma, as mudanças nos questionários utilizados no projeto Índice de Segurança da Criança (ISC). As modificações levaram em consideração apenas o que as instituições envolvidas tinham a dizer, não o que a população tinha a acrescentar.

Por fim, uma outra questão encontrada em dois dos projetos é a prestação de contas. A liderança do Morro dos Prazeres diz entender que mudanças são necessárias ao longo do processo, mas que elas precisam estar bem claras para que a população não passe a desacreditar o projeto e as instituições ligadas a ele. Isso se relaciona também com a Plataforma dos Centros Urbanos (PCU). Se os jovens reclamam que não veem ações práticas para o que foi debatido, provavelmente há um motivo para isso. Em função disso, acreditamos ser interessante o Unicef se apresentar claro e transparente com os participantes, demonstrando seus limites de atuação.

Em resumo, vale dizer que, apesar das críticas, é possível enxergar uma busca por mudanças nesses projetos de ajuda internacional. Embora ainda apresentem alguns pontos entendidos como ajustáveis, é válido lembrar mais uma vez a tentativa de uso dos locais como chave no processo, algo estritamente relevante para que os resultados positivos perdurem por um longo período e para que as ações façam sentido para a população que ali reside.

Se esperamos fazer a diferença em ações internacionais aplicadas ao território nacional é essencial que se repense modelos arcaicos e que se admita a transformação desses espaços urbanos e de seus moradores. A vez e a voz da

comunidade vem se amadurecendo ao longo dos últimos quase 30 anos, desde a redemocratização do país e não retrocederá.